

RELATÓRIO – 1º SEMESTRE DE 2018
PATC (PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA)

Exmo. Sr. Corregedor-Geral do Ministério Público,

Em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso I, alínea c do ATO CONJUNTO PGJ/CGMP nº 001/2015, apresento a Vossa Excelência o **relatório semestral** do PATC – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

O Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, instituído em março de 2015, por ato Conjunto do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, tem como objetivos normalizar o acervo dos procedimentos extrajudiciais (em atraso) das Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, além de possibilitar aos Promotores de Justiça Substituto um primeiro contato com a matéria.

No 1º Semestre de 2018 foi atendida a 9ª Promotoria de Justiça da Capital, que detém atribuições na tutela do patrimônio público.

Além disso, também devem ser computados os números referentes ao atendimento à 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína (também com atribuições na tutela do patrimônio público), cujo auxílio iniciou-se no final do ano de 2017 e foi finalizado, com a devolução dos procedimentos, no início de 2018

Os esforços empreendidos pela equipe da Corregedoria-Geral, em parceria com os Promotores de Justiça Substitutos, possibilitaram a análise e impulsionamento de **133 (cento e trinta e três) procedimentos extrajudiciais**.

Segue discriminação detalhada dos trabalhos realizados nas 02 (duas) Promotorias de Justiça atendidas:

6ª Promotoria de Justiça de Araguaína

A 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO solicitou auxílio específico para viabilizar o impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais instaurados para apurar atos de improbidade administrativa, atribuídos a agentes públicos cujo exercício do mandato terminou no mês de dezembro de 2012, visando, assim, evitar a ocorrência da prescrição (que ocorreria no final do mês de dezembro de 2017), na esteira da **Recomendação nº 04/2017/CGMP**.

A unidade encaminhou 40 (quarenta) procedimentos extrajudiciais, que foram analisados e impulsionados pelo Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, redundando nas seguintes providências:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	0	11	11
Despacho	0	14	14
Declínio de Atribuições	0	1	1
Ação Civil Pública	0	14	14
TOTAL			40

9ª Promotoria de Justiça da Capital

A 9ª Promotoria de Justiça da Capital foi inserida no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva após inspeção realizada na unidade no mês de novembro de 2017, quando foi constatado um elevado número de procedimentos extrajudiciais em atraso.

Após o devido encaminhamento, foram analisados 93 (noventa e três) procedimentos extrajudiciais, com as seguintes providências adotadas:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	0	20	20
Despacho	12	54	66
Inquérito Civil	0	4	4
Ação Civil Pública	0	3	3
TOTAL			93

No 2º semestre de 2018, o projeto continuará auxiliando a 9ª Promotoria de Justiça da Capital, sendo que já foi solicitado ao membro titular da unidade a remessa de outros procedimentos para análise.

CONCLUSÃO

Essas são, em suma, as atividades desenvolvidas pelo Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva no **período de janeiro a junho de 2018**.

É o relatório que submeto à apreciação do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Palmas, 11 de julho de 2018.

Pedro Evandro de Vicente Rufato

Promotor-Corregedor

Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva